

Mazagão. De Marrocos para a Amazónia

José Manuel Azevedo e SILVA

Univ. Coimbra – C.H.S.C.

A queda de Santa Cruz de Cabo de Gué, em 12 de Março de 1541, depois de uma dura resistência da guarnição portuguesa, levou D. João III a determinar a evacuação e abandono de Safim e Azamor, em Outubro seguinte. Mazagão permaneceu como a única praça lusitana em Marrocos Meridional. Para tentar garantir aí a presença portuguesa, o monarca mandou reestruturar o seu sistema defensivo, para o que confiou o projecto ao arquitecto italiano Benedetto da Ravenna e a direcção dos trabalhos a João de Castilho e João Ribeiro¹.

Erguida na parte sul da baía, bem junto ao mar, a nova fortaleza foi tida por inexpugnável (ver planta 1)². Só assim se compreende a resistência desta praça por mais de dois séculos, isolada por terra pela moirama marroquina. Em caso de cerco, só por mar podia esperar socorro³. A propósito do *«feliz e glorioso successo da batalha, que a guarniçam*

¹ António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 24-27; Robert Ricard, *Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Moulay Zidan (1608-1627), d'après le "Discurso" de Gonçalo Coutinho, gouverneur de Mazagan 81629*, Paris, Paul Geuthner, 1956, pp. 19-26.

² Com especial deferência do Professor Doutor António Dias Farinha, *ob. cit.*, entre pp. 14-15.

³ Robert Ricard, *ob. cit.*, pp. 19-26.

de Mazagão teve em quatro de Abril deste anno de 1763 com oito mil Mouros», Pedro da Silva Correia faz-nos a sua descrição, nos seguintes termos: «Está a nossa Praça de Mazagão em altura de 33 graos. He de figura rectangular; e em cada hum dos seus angulos fórma hum baluarte, em que estão montadas muitas peças de artilharia de ferro, e bronze; e alem destes tem mais hum baluarte no meio da cortina, que faz frente ao campo da Provincia de Ducalla, hoje chamada da Duquella (...) he cercada de hum largo fosso de agua, que enche, e vaza com a maré. Da porta da Praça para a parte do campo sahe huma ponte levadiça que passa por cima do mesmo fosso, e he de serventia dos seus moradores»⁴. Outro relator classificará a praça de Mazagão como «hum dos maiores Presidios, que a Corôa de Portugal tem nas terras de Africa, inexpugnavel escudo á ousadia dos Barbaros, chave da Christandade, brazão da gloria Portugueza»⁵.

Com o abandono de Alcácer-Ceguer e de Arzila, em 1550, a presença portuguesa em Marrocos ficou reduzida às praças de Ceuta, Tânger e Mazagão. Em 1640, Ceuta tomou partido por Filipe IV e continuou espanhola até aos nossos dias. Em 1662, Tânger foi cedida à Inglaterra como parte do dote de casamento de D. Catarina com Carlos II. Apenas Mazagão permanecerá como símbolo da resistência, da heroicidade e do sonho luso-marroquino, até à sua evacuação, por ordem de D. José, em 1769.

1. Resistência e queda do último bastião luso-marroquino

Os ataques mouros à praça portuguesa de Mazagão intensificaram-se

⁴ Pedro da Silva Correia, *Feliz e glorioso successo da batalha, que a guarnicam de Mazagão teve em quatro de Abril deste anno de 1763 com oito mil Mouros por mais certa noticia, destroço e mortandade, que nove Cavalleiros fizerão na mesquita dos Corsairos, que na Cidade de salé se tem armado contra a Republica Catholica Romana*, dado ao prelo por Alvaro Botelho Correa, Cavalleiro Fidalgo, professo na Ordem de Christo, Cidadão desta Cidade de Lisboa, Guarda-mór da Praça de Mazagão e Almoxarife das Mercearias da Serenissima Rainha D. Catharina, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, 1763.

⁵ Simão Correia de Mesquita, *Noticia do grande assalto, e batalha, que os Mouros dêrão á Praça de Mazagam em o mez de Junho de 1760*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1760.

a partir de 1750. Pelas «*Relações*» e «*Notícias*» que nos deixaram Simão Correia de Mesquita e Pedro da Silva Correia, sabemos que Mazagão foi sujeita a duríssimos ataques dos mouros, nomeadamente nos anos de 1751, 1752, 1753, 1754, 1756, 1760, 1763, culminando com o poderoso contingente que montou o último cerco de 1769. Vale a pena atentar no vigor e no dramatismo desses relatos, tanto mais que sabemos terem sido os seus autores testemunhas presenciais.

Ao relatar-nos o ataque de 1751, Simão Correia de Mesquita diz-nos que os 150 cavaleiros e pouco mais de 400 infantes da sua guarnição, «*estando continuamente expostos ás hostilidades de hum bloqueyo perpetuo, se póde crer sem a menor superstição, que só o amparo do Ceo os defende da força de hum vizinho tão poderoso, e turbulento*⁶. Face à incrível desproporção das forças em presença, o relator faz questão de deixar expressa a sua profissão de verdade, nos seguintes termos: «*A fidelidade, que pede a história nos obriga a segurar ao publico, que nem o amor da Patria, nem o da Fama, nos poderão fazer transgredir as severas leis da verdade, e como o Historiador foi testemunha ocular, por todas as razoes se lhe deve dar inteiro credito ao seu depoimento*»⁷. Passando propriamente ao relato do assalto, começa por dizer que «*a 13 e 14 de Novembro de 1751 sairão os Portugueses para o campo de Mazagão Velho, que dista da Praça tres quartos de legoa, e nelle se mantiverão até á noite sem descobrirem vestigios de andar fóra o inimigo*». Mas a ameaça pairava no ar. O inimigo não tardaria a atacar e, a 7 de Dezembro seguinte, «*ficando os Portugueses senhores do Terreno, conseguirão huma Victoria completa. Os Mouros deixarão no Campo vinte e cinco homens mortos, e mais trinta cavallos, não chegando a nossa perda mais do que a déz cavallos feridos*»⁸.

⁶ Idem, *Relaçam do choque, que tiveram os Cavalleiros da Praça de Mazagão com os mouros de Aducala, e Azamor, em 7 de Dezembro de 1751*, Lisboa, Joze da Sylva da Natividade, 1752. Escrita por Simão Correia de Mesquita, assistente na mesma Praça, que dedica, e consagra ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Luiz da Cunha, prelado da Santa Igreja de Lisboa, p. 7.

⁷ *Ibidem*, p. 8.

⁸ *Ibidem*, p. 12.

A prévia preparação do terreno e a disposição ardilosa das nossas reduzidas forças, por forma a surpreender o adversário logo no primeiro embate e quebrar o seu ímpeto era, por regra, a tática utilizada pelos nossos chefes militares, procurando assim compensar a desproporção numérica. Foi o que aconteceu nomeadamente no início do verão de 1752, quando Mazagão voltou a ser assediada por um numeroso exército inimigo, porquanto, *«logo no primeiro ataque ficarão vinte e tres Mouros mortos e seis cavallos, cujo accaso os atemorizou tão gravemente, que ja suprimidos do seu furor, e acovardados se punhão em retirada, e ficaria sem mais ruína o triunfo dos Christãos, se accaso não chegasse subitamente todo o groço da cavallaria Mourisca, que se observou pelos pendoens que trazião, ser de alguns quinze, ou vinte mil homens, que corrião com tanta furia, e impeto como quem queria levar tudo á escalla»*⁹.

A provisão de mantimentos, de armas e de reforços humanos chegava normalmente por mar. Mas, por vezes, os mazaganistas viam-se forçados a irem a campo a proverem-se de lenha e de ferrejo. Foi o que aconteceu antes do já referido ataque de 7 de Dezembro de 1751, altura em que tinha sido *«muito preciso aos moradores daquela Praça proverem-se de lenha, e ir a ferrejarem algumas hervas, e feno para o pasto dos cavallos»*¹⁰. Também antes do assalto de 3 de Fevereiro de 1753, o governador da praça, José Leite de Sousa, *«determinou tomar o campo do Palmeirinho furtado, para prover a Praça de lenha apesar das contrarias vigilancias daquelles inimigos»*¹¹. Nesse dia, com um esquadrão de apenas 120 cavaleiros e 40 infantes, alcançou o referido governador inequívoca vitória sobre 1.800 mouros de pé e de cavalo. Conta o

⁹ Simão Correia de Mesquita, *Relação do grande combate, e fatal peleja, que agora proxicamente tiverão os Soldados, e Cavalleiros da Praça de Mazagão, com os Mouros de Azamor, e Maquinez*, Lisboa, Na Officina de Manoel Soares, Anno de 1752, p. 8.

¹⁰ *Ibidem*, p. 6.

¹¹ Simão Correia de Mesquita, *Notícia do grande choque, que teve a Guarnição do Presidio de Mazagam com os Mouros estuques, e de como alcançou delles huma fatal victoria no dia 3 de Fevereiro do anno de 1753*, s. l., s. e., s. d., p. 2.

relator que vimos citando que os chefes mouros, *«havendo com antecedência mandado retirar para distante citio, como desconfiando dos fins deste choque, os mortos, e mal feridos, que puderão, nos deixarão sómente onze mortos no campo, e sete cativos, que á força de armas trouxerão á Praça os nossos Cavalleiros, entrando neste numero alguns dos seus Cabos de primeiro nome. Da Torre da Praça chamada do Rebate, se virão levar atravessados nos cavallos trinta, e tantos mortos, e hum extraordinario numero de feridos»*¹², ao passo que da nossa parte houve apenas a morte de dois cavaleiros e de dois soldados e o registo de um só ferido.

No ataque que a praça sofreu, em 28 de Outubro de 1754, o governador José Leite de Sousa temeu o pior, chegando a considerar *«quasi impossivel fazer constante resistencia aquelle esquadram a tantos Mouros»*¹³. Apesar da habitual desconformidade das forças em presença, as baixas do inimigo foram muitíssimo superiores às nossas. Ouçamos o que nos diz o nosso informador: *«principiou este combate ao nascer do Sol, e acabou ao meio dia, continuando sempre em repetidas descargas de mosquetaria: e he digno de admiravel ponderaçam, que no espaço de mais de seis horas de peleja perdessemos só dous homens (...). Foy mayor o numero de feridos, e o nam expressamos por nos faltar verdadeira informaçam deste particular»*¹⁴. Repare-se na preocupação do relator em procurar conferir credibilidade às suas palavras. Relativamente às baixas do inimigo, acrescenta que *«nos ficaram dous captivos»* e, quanto aos mortos, *«passáram de setenta»*¹⁵.

Grande choque sofreram os mazaganistas com o violento tremor de terra de 1 de Novembro de 1755. Atentemos, a este respeito, nas expressivas palavras de Simão Correia de Mesquita, na parte introdutória do seu

¹² *Ibidem*, p. 6.

¹³ Simão Correia de Mesquita, *Relaçam do grande, e admiravel choque que teve o presídio de Mazagam, em 28 de Outubro proximo passado com os Mouros da sua fronteira*. Dada ao publico em 16 de Abril de 1755, s. l., s. e., s. d., p. 6.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 7 e 8.

¹⁵ *Ibidem*, p. 8.

relato, respeitante ao ataque que os mouros desferiram àquela praça, em Junho de 1756: *«ninguem ja ignora o lastimoso effeito, e deploravel estrago, que a Praça de Mazagão experimentou no primeiro de Novembro do anno passado, aonde desde as nove horas e meya, até as nove e tres quartos tremeo a terra com impeto tão forte, que se abrio em varios sitios, arruinando-se todas as casas, e desamparando todos suas habitações, sendo a confusão igual ao estrago»*¹⁶. Repare-se que todas as casas ficaram danificadas, mas, quanto à fortaleza, nem uma palavra, porque, certamente, nem uma fenda. Os mouros julgaram o momento azado para o ataque decisivo àquele bastião lusitano, mas, uma vez mais, subestimaram o heroísmo dos nossos. Como nos diz o nosso informador, *«virão, e souberão os Mouros o grande estragò, que os Portugueses padecerão, e avaliando, ou considerando, que a fortuna lhe mostrava prompta occasião, determinarão dar hum assalto á mesma Praça, persuadindo-se, que ficarião victoriosos, como se este não fosse o mesmo Theatro, em que os Portugueses tantas vezes tem ficado Triumfantes, quantas os mesmos forão destruidos, mortos, e derrotados»*¹⁷.

A disposição estratégica das tropas no terreno ou o facto de ficarem de frente ou de costas para o sol podia influir no desfecho de uma peleja. E os portugueses, normalmente em inferioridade numérica, sabiam tirar partido disso. Foi o que aconteceu nesta batalha, como expressivamente nos esclarece o relator que vimos seguindo: *«tiverão os nossos a vantagem de ficarem com as costas para o Sol, e os inimigos com elle nos olhos, cousa que tanto os afligio, que foy huma das causas de conseguirmos mais cedo a victoria, era ja tal a confusão, que havia entre elles, que ja os de Mazagão não duvidavão, antes tinham por certo o vencimen-*

¹⁶ Simão Correia de Mesquita, *Noticia do grande assalto e batalha, que os Mouros derão á Praça de Mazagam, em o mez de Junho do presente anno de 1756. Com outras cousas notaveis modernamente succedidas na mesma Praça*, Lisboa, Na Officina de Domingos Rodrigues, 1756, p. 3.

¹⁷ *Ibidem*, p. 4.

to, começarão a por-se em huma retirada tão forte, que foy huma descomposta fugida, seguirão-os os nossos, e ainda então lhes fizerão mais consideravel damno, mas como se avizinhava a noite se retirarão, e os deixarão na fugida, vierão ao campo da peleja, e trouxerão alguns despojos, supposto que pequenos no valor, não sendo por isso menor a alegria, porque os bons Soldados mais estimão o vencer, que as riquezas, soube-se, que forão mortos perto de quatrocentos Mouros, e entre elles tres Capitaens, que o seu General fora levemente ferido, e que este fora o motivo da retirada, os feridos forão sem conta, dos nossos merrereão seis, e vinte e sete feridos, que ja se achão restituídos a saude perfeita»¹⁸. Patriotismo à parte, o nosso relator não deixa passar em claro o heroísmo dos portugueses: «com esta victoria se recolherão á Praça de Mazagão, os nossos Soldados, pondo desta sorte mais huma Corôa á heroicidade Lusitana, que na Africa, e em todas as partes do mundo se tem coroado com tantos Louros»¹⁹. Com título e texto idêntico nos relata Simão Correia de Mesquita o cerco de Junho de 1760²⁰.

O penúltimo grande assalto à praça de Mazagão, perpetrado por 8.000 mouros, ocorreu em 4 de Abril de 1763, mas o narrador Pedro da Silva Correia não nos dá o número de baixas de um e de outro lado, como por norma fazia Simão Correia de Mesquita. Diz-nos, contudo, ter a praça de Mazagão «de guarnição, quando completa, seiscentos infantes, duzentos cavallos, e quarenta artilheiros»²¹. Temos, portanto, que a guarnição de Mazagão foi reforçada nos últimos anos, uma vez que, como atrás se viu, em 1751 tinha apenas 150 cavaleiros e pouco mais de 400

¹⁸ *Ibidem*, pp. 7 e 8.

¹⁹ *Ibidem*, p. 8.

²⁰ Simão Correia de Mesquita *Noticia do grande assalto, e batalha, que os Mouros dêrão á Praça de Mazagam em o mez de Junho de 1760*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1760.

²¹ Pedro da Silva Correia, *Feliz e glorioso successo da batalha, que a guarniçam de Mazagão teve em quatro de Abril deste anno de 1763 com oito mil Mouros por mais certa noticia; destroço e mortandade, que nove Cavalleiros fizerão na mesquita dos Corsairos, que na Cidade de Salé se tem armado contra a Republica Catholica Romana*, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, 1763.

infantes. O número de artilheiros deveria ser idêntico, ou seja, 40. Informa ainda o relator que, nessa data, em Mazagão «habitão mais de tres mil pessoas de hum, e outro sexo da nação Portuguesa, no qual numero se comprehende multidão grande de Cavalleiros da Ordem de Christo, honrados tambem por seus serviços, e merecimentos, com os fóros de Cavalleiros Fidalgos, e Fidalgos da Casa de Sua Magestade: e a maior parte de seus moradores são de antigas familias, e nobres progénies»²². No início de 1769, perante a informação da concentração de grande contingente de tropas mouras em torno de Mazagão, D. José ordenou o abandono da praça e o embarque da população ocorreu em 11 de Março desse mesmo ano.

2. A evacuação da praça para Lisboa

Na sequência do Tratado de Madrid, assinado em 13 de Janeiro de 1750, definidor das fronteiras da colónia portuguesa da América, o gabinete josefino elegeu o Brasil como a grande prioridade, no âmbito da sua política ultramarina, particularmente a vastíssima região amazónica. Tornou-se necessário concentrar ali todos os meios humanos e materiais possíveis, com vista à necessária aceleração do ritmo do povoamento, da colonização e da defesa daquele território.

É neste contexto que se deve procurar entender a decisão régia do abandono da praça marroquina de Mazagão. Face à envergadura da ameaça moura a que já nos referimos, duas opções alternativas se colocavam à coroa, nos princípios de 1769: ou enviava reforços significativos para Mazagão, por forma a fazer face aos frequentes e cada vez mais intensos ataques dos mouros àquela praça, de modo a garantir a sua defesa e manutenção, ou mandava evacuar a população e a guarnição, pondo fim à presença portuguesa em Marrocos, mas também ao sorvedouro de gente e de dinheiro, com a vantagem de poder encaminhar esses recursos para a

²² *Ibidem*.

Amazónia. Prevaleceu a segunda alternativa. O rei mandou evacuar toda a população para Lisboa, em 11 de Março de 1769, e daqui partiria para a Amazónia, em 15 de Setembro seguinte.

A «*Relação das Famílias que vierão da Praça de Mazagão em 11 de Março de 1769*»²³ dá-nos, de facto, o registo das famílias e a sua composição, o parentesco de cada membro em relação ao chefe de família, as pessoas sozinhas que não constituíam família, o nome, o sexo e a idade de cada um, com distinção entre os maiores de 10 anos e os menores dessa idade, o posto/cargo de cada um dos agentes da guarnição militar. Atentemos nos dados quantitativos do quadro I.

Quadro I
Habitantes de Mazagão evacuados em 11 de Março de 1769

Itens	Famílias	Pessoas
Número de famílias	418	
Maiores de 10 anos		1497
Menores de 10 anos		595
Total	418	2092

Fonte: A.H.U., *Códice 1784* ("Relação das Famílias que vierão da Praça de Mazagão em 11 de Março de 1769").

Como se vê, embarcaram 2092 pessoas (Mazagão chegou a ter mais de 3000 habitantes, como atrás se viu, o que faz supor que algumas famílias já teriam sido evacuadas antes), 1.497 maiores de 10 anos e 595 menores dessa idade. Ao todo, eram 418 famílias, cuja composição oscilava entre os 2 e os 11 membros, tendo-se em conta que integravam a família os

²³ Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), *Códice 1784*.

criados, os escravos e os enjeitados. Temos, portanto, uma média de 5 elementos por família. Aparecem-nos 43 viúvas como cabeças de casal e 21 outras viúvas integradas nas famílias, 70 escravos (43 homens, 21 mulheres e 6 menores, 3 de cada sexo), 2 criados, 1 criada, 5 enjeitados e 1 preto forro. Dos 70 escravos, pensamos serem pretos 69, uma vez que, quando se tratou de registar uma marroquina, se assentou como «*humamoura*» de 61 anos, escrava da viúva D. Guiomar da Cunha. Não integrados em famílias, seguiram 5 viúvas, 8 homens e 5 mulheres. Mesmo sem ser no estado de viúva, a mulher assumia, em situações excepcionais, a função de cabeça de casal. É o caso de D. Paula Inácia Joaquina, casada com Pedro Álvares, que estava degredado em Bissau²⁴.

Quanto à guarnição militar, embarcaram 515 elementos (51 oficiais, 86 cavaleiros, 21 artilheiros e 357 sargentos, furriéis, cabos e soldados). Juntaram-se-lhe 28 militares registados como incapazes. A função de soldado-tambor era, por regra, desempenhada por escravos negros. Detectámos 5 negros tambores (todos os tambores registados): António dos Reis, de 22 anos, escravo de D. Maria da Cunha; Francisco Xavier, de 22 anos, escravo de João Fróis de Brito; Gonçalo Pereira, de 30 anos, escravo do padre Franel Afonso da Costa; Manuel de Jesus, de 24 anos, escravo do cabo Diogo Raposo; Tomás Dias, de 33 anos, escravo de José Colaço da Silva²⁵.

Destacam-se ainda outros tipos de agentes. Ressalta um grupo de 8 padres: o vigário Matias da Cruz Rua, o provisor Pedro Roiz e os padres Braz João Romeiro, Mateus Vaz, Franel Afonso da Costa, João Valente da Costa, Lázaro Valente Marreiros e Pedro António Amora²⁶. Refiram-se ainda o médico Dr. Leandro Lopes de Macedo, o cirurgião Amaro da Costa, o fiel dos armazéns Miguel dos Anjos, o escrivão da vedoria Manuel Gonçalves Luís, o soldado e mestre da capela José Joaquim de Aguiar,

²⁴ *Ibidem*, fl. 65v.

²⁵ *Ibidem*, fls. 17v, 25, 38, 40v e 54v.

²⁶ *Ibidem*, fls. 9v, 10v, 25, 43, 50, 52v, 64 e 65.

os meirinhos Gaspar Álvares Faleiro e Manuel Gonçalves Cota e o porteiro da sentina, o pardo Simão Marques²⁷.

3. De Lisboa para Belém do Pará. Uma cidade atravessa o Atlântico

Das 418 famílias evacuadas de Mazagão para Lisboa, em 11 de Março de 1769, embarcaram 371 para Belém do Pará, em 15 de Setembro seguinte. Este registo pode colher-se no «*Livro do vencimento, pagamento que se fez na Corte, e que se deve fazer no Grão Pará ás familias e mais pessoas da Praça de Mazagão que se vão estabelecer nelle por ordem de Sua Magestade*»²⁸.

Dada a forma como este códice está organizado, não nos foi possível apurar o número exacto das pessoas embarcadas nessa data, mas, se adoptarmos uma média de 5 pessoas por família (média exacta das famílias que saíram de Mazagão, como vimos atrás), obtemos um total de 1855 pessoas. Temos, portanto, cerca de duzentas pessoas de Mazagão que não embarcaram nessa data para o Pará. O próprio códice regista 29 pessoas que chegaram a estar registadas no alardo, mas que depois, por razões que não são explicitadas (salvo num caso em que se escreve «*por falecer*»), são abatidas ao rol do contingente a embarcar²⁹.

Uma «*Relaçam das pessoas que vieram de Mazagam e deixaram de embarcar para o Gram Pará na Expediçam que se fez em 15 de Setembro de 1769*» refere 19 pessoas que não embarcaram, mas uma outra «*Relacão*» inclui estas e acrescenta outras num total de 36, as quais embarcariam na primeira ocasião. São apontadas as seguintes razões: a maioria delas, por ficarem doentes no hospital; outras, porque ficaram presas; outras ainda, por ficarem a aguardar que os familiares doentes ficassem curados ou por outras razões familiares; o cirurgião José de Morais,

²⁷ *Ibidem*, fls. 3, 7, 33v, 37, 47, 54v, 57, 58, e 71.

²⁸ A.H.U., *Códice 1991*, fls. 1 a 21; A.H.U., *Pará*, 15 de Setembro de 1770.

²⁹ A.H.U., *Códice 1991*, fls. 7v, 10v, e 19v.

de 54 anos, e sua mulher Felícia Caetana, de 46 anos, «ficarão para hirem na primeira occazião, por se fazer precisa a sua assistencia para cuidado dos doentes, que ficarão»³⁰. A segunda destas relações acrescenta, no entanto, terem ido para o Pará duas famílias que para tal se ofereceram, uma de quatro e outra de cinco pessoas³¹.

Aos mazaganistas destinados a irem fixar-se na Amazónia foi atribuída uma verba, parte paga na corte, em Lisboa, parte a pagar pela Fazenda Real no Pará. A elaboração do código 1991, a que atrás fizemos referência, teve como finalidade fundamental registar essas verbas pagas e a pagar a cada um e cujo resumo se mostra no quadro que se segue.

Quadro II

Pagamento que se fez às pessoas de Mazagão, embarcadas para o Pará (réis)

Itens	Na corte	No Pará	Total
Com tenças, alvarás e moradias	45.111.837	58.468.183	103.468.183
Com 46 pessoas agregadas às ditas famílias	3.006.882,5	1.161.670,5	4.168.553
Com 58 pessoas que vão servir no militar	2.744.842	787.016	3.531.858
Com 5 presos degredados	107.881		107.881
Com as viúvas, órfãos e herdeiros	10.804.608,5	11.694.587,5	22.499.196
Com despesas extraordinárias	183.920		183.920
Totais	61.959.971	72.111.457	134.071.428

Fonte: A.H.U., *Código 1991* ("Livro de registo do vencimento a fazer na Corte e no Grão Pará às famílias de Mazagão que se vão estabelecer naquela Capitania").

³⁰ A.H.U., *Pará*, 15 de Setembro de 1770 e 24 de Agosto de 1771.

³¹ A.H.U., *Pará*, 24 de Agosto de 1771.

Ressalta deste quadro que a decisão régia de levar as gentes da praça marroquina de Mazagão a irem fundar Vila Nova de Mazagão, na Amazônia, exigiu um significativo esforço financeiro logo à partida, o qual irá continuar por alguns anos, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

O transporte das 1855 pessoas de Mazagão, embarcadas em Lisboa com destino ao Pará, em 15 de Setembro de 1769, foi feito em dez navios, sete de Sua Majestade e três da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, os quais devem ter chegado à cidade de Belém pelos meados de Novembro desse ano. Os sete navios de Sua Majestade tinham os seguintes nomes: São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Glória e Santa Ana, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Conceição, São João, Nossa Senhora da Purificação e São José. Os três da Companhia eram: o Nossa Senhora do Cabo, o Nossa Senhora das Mercês e o Santa Ana³².

Ao procederem à conferência das listas de passageiros de cada navio, as autoridades do Pará detectaram pessoas a menos, num total de trinta e nove: ficaram no hospital de Lisboa seis; o escravo preto Pedro Afonso, de 30 anos, ficou nas galés do Tejo; morreram durante a viagem vinte e uma; José Gonçalves Reinão e Francisco Belo não apareceram no desembarque sem ter sido apurada qualquer justificação³³.

Como atrás se viu, várias pessoas que, por diversas razões, ficaram em Lisboa aquando do grande embarque, deveriam partir na primeira oportunidade, pelo que não será descabido calcular que, das 418 famílias e 2092 pessoas evacuadas da praça de Mazagão para Lisboa, em 11 de Março de 1769, e até de outras que terão saído antes, poucas terão sido as que não foram levadas para o Pará.

³² A.H.U., Pará, 1 e 14 de Janeiro de 1770.

³³ *Ibidem*.

4. Fundação de Vila Nova de Mazagão

Os mazaganistas irão permanecer na cidade de Belém do Pará durante alguns anos, aguardando o início da sua instalação nas casas que seriam construídas no sítio que lhes foi destinado e que viria a designar-se Vila Nova de Mazagão, situado na margem norte do braço esquerdo da foz do Amazonas, a montante da vila e fortaleza de Macapá, frente a Marajó (a maior ilha fluvial do Mundo), a 50 metros de altitude (ver planta 2).

Durante todo esse tempo, foi necessário providenciar o seu alojamento na cidade e garantir o seu sustento, tornando-se imperioso ir comprar carne e outros mantimentos a outras capitanias, nomeadamente ao Piauí, para os alimentar. O governador e capitão-general do Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive, em carta de 18 de Setembro de 1770, dirigida a seu tio marquês de Pombal, dá-lhe conta das suas diligências nesse sentido, nos seguintes termos: *«sahindo tres de cinco sumacas, que mandei vir o anno passado pela primeira vez carregadas de carne sêca manufacturada na Villa da Parnayba destricto da capitania do Piauihy, para sustentar as famílias de Mazagão, forão duas em Janeiro ao Maranhão com doze dias, em quarenta á Parnayba, e em cincoenta á Bahia de todos os Santos, sempre com terra á vista, e a terceira buscando a altura de nove, e meio grãos, entrou no porto da dita Bahia com quarenta, e outo dias de viagem, as quaes se achão aqui de volta com o mesmo mantimento»*³⁴.

Na verdade, a instalação das famílias de Mazagão na Amazónia exigiu um pesado esforço financeiro à Fazenda Real. Em carta de 19 de Setembro de 1770, o provedor da Fazenda do Pará, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, dava conta ao secretário de estado da marinha e domínios ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, da emissão de 14 letras de câmbio, no montante de 83.258.016 réis, a serem pagas em Lisboa pelo tesoureiro do erário régio aos administradores da Companhia Geral do Comércio do

³⁴ A.H.U., Pará, 18 de Setembro de 1770.

Pará e Maranhão que emprestara essa avultada quantia para possibilitar ao governo daquele Estado efectuar vários pagamentos. O valor de uma dessas letras, de 8.041.650 réis, foi despendido nas obras de fortificação de Macapá; o montante de uma outra, de 18.549.506 réis, destinou-se ao pagamento das despesas ordinárias daquela Provedoria, entre as quais avultavam as respeitantes à fundação de Vila Nova de Mazagão e ao mantimento dos povoadores que aguardavam na cidade de Belém a sua instalação naquele novo povoado³⁵. Em 2 de Março de 1771, são emitidas oito letras de câmbio, nos mesmos termos e com idênticas finalidades, no montante de 101.051.564 réis, e mais uma outra de 24.582.129 réis e 7/10, quantia esta que foi despendida *«com o segundo pagamento que fizerão ás famillias de Mazagão que vierão por ordem de Sua Magestade estabelecer-se neste Estado»*³⁶.

Nos finais de 1772, trabalhavam nas obras de Mazagão mais de duas centenas de pessoas. Conforme se pode ver pela relação assinada pelos responsáveis Manuel Gama Lobo e Marcos José Monteiro de Carvalho, datada de 18 de Dezembro de 1772, estavam adstritos às obras de Mazagão 14 militares, 3 agentes da Fazenda Real e 202 operários e trabalhadores indiferenciados, num total de 219 pessoas, como mostra o quadro III.

Nos princípios de 1773, os trabalhos da edificação de Mazagão estavam em bom andamento, mas apresentavam-se ainda muito longe de ficar concluídos. Em carta de 5 de Janeiro desse ano, o governador e capitão-general do Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, dá conta ao secretário de estado da marinha e domínios ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, *«do estado actual daquelle Estabelecimento»* e informa-o que a fundação dessa vila *«tem obrigado, e obrigará ainda a despeza grande da Fazenda Real, faltando a fazer ha quantidade de moradas de cazas para prehencher-se o número de quinhentas, ou mais, que se precizão,*

³⁵ A.H.U., Pará, 19 de Setembro de 1770.

³⁶ A.H.U., Pará, 2 de Março de 1771.

Quadro III
Relação das pessoas empregadas nas obras da vila de Mazagão,
em 18 de Dezembro de 1772

Funções	Número
Ajudante de infantaria com exercício de engenheiro	1
Cabo de esquadra destacado	1
Soldados destacados	12
Provedor comissário	1
Escrivão da fazenda e do ponto	1
Depositário	1
Carpinteiros	40
Pedreiros	14
Ferreiros	2
Serradores	16
Carriadores	3
Trabalhadores	122
Índias	5
Total	219

Fonte: A.H.U., *Pará*, 5 de Janeiro de 1773.

para accomodar toda a gente, pois ainda aqui [em Belém] estão duas partes della, que em alugueres de cazas, sustento, e Hospital, motivão outro desembolso desproporcionado aos rendimentos do Estado, e aos socorros, que a elle se destinão; havendo mais a despeza dos transportes, e a de continuar por hum anno, o sustento ás familias, que alli se vão estabelecendo, que tudo com as conduções de manti-

mentos, e generos, que daqui he necessario remetter, faz maior o desembolso»³⁷.

Ficamos assim a saber que o projecto da fundação de Vila Nova de Mazagão apontava para a construção de mais de 500 casas e que só uma parte delas estava concluída. Com efeito, mostra-nos uma outra passagem do referido documento que as primeiras 134 casas projectadas estavam no seguinte estado: 56 estavam concluídas; 36 estavam feitas, mas faltava serem caiadas; 25 não estavam ainda rebocadas nem caiadas; 17 tinham sido principiadas³⁸.

Nesta mesma carta, o governador alerta para a exorbitância das despesas com a instalação das famílias vindas da praça marroquina de Mazagão, chegando mesmo a sugerir ao rei que se lhes desse liberdade de se fixarem por sua conta em qualquer outra parte da capitania, dando-se-lhes aí terras de sesmarias. Ilustremos com as suas próprias palavras: «*se a Sua Magestade parecesse conveniente, se poderia facelitar a esta gente a liberdade de se estabelecer, a que quizesse, por onde, dentro da Capitania, mais commodidade lhe fizesse, evitando-se assim maiores despezas quando o Estado fica sempre conservando aquelles Povoadores, posto que em taes termos, menos uteis á defenção, e fortificação da Praça, e Barreira de Macapá*»³⁹.

A última parte da passagem da carta do governador, que acabámos de ver, sugere-nos quais eram os reais objectivos do rei, ao decidir fixar os mazaganistas naquele ponto estratégico, no contexto da reorganização do sistema de defesa da Amazônia. De facto, quando em 1753 o gabinete josefino decidiu criar dois regimentos militares no Pará, formados por cerca de 1200 homens, instalou um na cidade de Belém para garantir a defesa da capital daquele Estado e impedir a penetração de possíveis invasores pelo braço direito da foz do Amazonas e, o outro, sediou-o na recém-

³⁷ A.H.U., Pará, 5 de Janeiro de 1773.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*.

-criada vila estratégica de Macapá, cuja fortaleza viria a ser reformada e reforçada, por forma a controlar a circulação da navegação e a assegurar a defesa do braço esquerdo da foz daquele grande rio, em eventuais tentativas de penetração nos territórios amazónicos por parte de forças inimigas⁴⁰.

Na concepção geral de defesa da Amazônia, o tampão defensivo da passagem estratégica do braço esquerdo da foz do Amazonas deveria assentar no povoamento tripolarizado nas vilas de Macapá, Vila Vistosa e Vila Nova de Mazagão. Naturalmente, no pensamento do rei e do seu gabinete, que povoadores mais adequados à fundação desta última vila que as gentes da praça marroquina de Mazagão, habituadas a lidar com situações de guerra? E porque em tais famílias abundavam os soldados, isso facilitaria o recrutamento de gente especializada na guerra. Iremos encontrar muitos destes soldados mazaganistas incorporados no regimento de Macapá⁴¹.

A viagem de barco entre Macapá e Vila Vistosa e entre Macapá e Mazagão demorava «*couza de quatorze horas*» ou, como se diz noutro documento, «*couza de huma maré; porém agoa abaixo, ordinariamente mais se gasta, pelo embaraço do contrario vento de proa*»⁴².

Claro que, a par da ligação fluvial entre estas três vilas, havia todo o interesse em estabelecer também a ligação por terra. Porém, as condições físicas do terreno impossibilitaram tais intentos. Isso mesmo explicita o governador do Pará, em carta a Martinho de Melo e Castro, nos seguintes termos: «*Tenho feito as maiores diligencias por estabelecer ha comunicação por terra, entre estas tres Povoaçoens, de Mazagão, Villa Vistosa e Macapá; porem nos repetidos exames, que ja se havião praticado antes da minha vezita, se reconheceo impraticavel este in-*

⁴⁰ Veja-se o nosso artigo "Aspectos da política pombalina na Amazônia", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de História Económica e Social, 1999, pp. 345-389.

⁴¹ Vejam-se, nomeadamente, os Códices 1257 e 1790, do Arquivo Histórico Ultramarino.

⁴² A.H.U., Pará, 5 de Janeiro e 8 de Novembro de 1773.

tento, pelos grandes lagos, e pantanos, que se encontrão, e totalmente difficultão o pertendido caminho; e assim não ha mais remedio, que recorrer ao da agoa, ainda que menos vantajozo, para se socorrer o Macapa, em cazo de ataque: E tambem isto não facilita tanto o exercitaremse unidos os dous Córpos Auxiliares, de cavallaria do Macapá, e de Infantaria de Mazagão, em qualidade de Tropas ligeiras, como Sua Magestade me tem ordenado; porem ainda que menos vezes se unão, e que separadamente se exercitem, nos seus respectivos districtos, assim mesmo serão muito uteis, e proveitosos, logo que se conseguir a sua regulação, e disciplina na forma, que tenho projectado»⁴³.

Segundo o «*Mappa de todos os Habitantes, e Fogos que existiam na Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Mazagão*»⁴⁴, ao 1º de Julho de 1773», as pessoas então ali instaladas podem captar-se perfeitamente pela forma como procurámos organizar o quadro IV.

De 1 de Julho até princípios de Novembro de 1773, seguiram da cidade de Belém para Mazagão mais 35 famílias e quatro pessoas isoladas (o padre Diogo Dias da Costa, Miguel Soares, Lucas Fróis de Abreu e João Pereira), num total de 292 pessoas (227 brancos e 65 escravos). A juntar às 141 famílias atrás referenciadas e que já lá estavam, temos agora mais estas 35, o que faz com que, nesta data, a vila de Mazagão passe a ter 176 fogos e 835 pessoas. Esclarece, a propósito, o governador que, mesmo depois do envio destas primeiras levas, «*ainda nesta Cidade existe mais da ametade daquelle numeroso Pôvo*»⁴⁵. Estes dados quantitativos confirmam o contingente atrás referenciado de cerca de 400 famílias e 2000 pessoas vindas da praça marroquina de Mazagão para Belém do Pará, em Setembro de 1769 e de outras que terão embarcado posteriormente.

Entre 4 de Agosto e 4 de Setembro de 1773, o governador João Pereira

⁴³ A.H.U., Pará, 8 de Novembro de 1773.

⁴⁴ Note-se que a padroeira da igreja matriz da praça marroquina de Mazagão era Nossa Senhora da Assunção e é de crer que a própria imagem deve ter sido levada pelos mazaganistas.

⁴⁵ *Ibidem*.

Caldas realizou uma visita às três povoações que temos vindo a referenciar, durante a qual elevou Mazagão à categoria de vila, como se pode consta-

Quadro IV
Relação dos habitantes dos 141 fogos existentes na vila de Mazagão,
em 1 de Julho de 1773

Designação dos grupos de pessoas	Número
Crianças livres de sexo masculino até 7 anos	42
Rapazes livres de 7 a 15 anos	42
Homens livres de 15 a 60 anos	128
Velhos livres de 15 a 60 anos	10
Crianças livres do sexo feminino até 7 anos	34
Raparigas livres de 7 a 14 anos	41
Mulheres livres de 14 a 50 anos	102
Velhas livres de 50 a 90 anos	29
Subtotal	428
Crianças escravos do sexo masculino até 7 anos	5
Rapazes escravos de 7 a 15 anos	6
Homens escravos de 15 a 60 anos	51
Crianças escravas do sexo feminino até 7 anos	10
Raparigas escravas de 7 a 14 anos	5
Mulheres escravas de 14 a 50 anos	37
Velhas escravas de 50 a 90 anos	1
Subtotal	115
Total	543

Fonte: A.H.U., *Pará*, mapa anexo à carta e relação do governador João Pereira Caldas, de 8 de Novembro de 1773. Estes dados são confirmados pelo «Mappa de todos os habitantes que existem nas freguesias da Capitania do Pará ao primeiro de Julho de 1773», A.H.U., *Pará*, 1 de Julho de 1773.

tar pela seguinte passagem: *«No mesmo Estabelecimento de Mazagão fundei agora a Villa, que Sua Magestade determinou, e lhe constitui Justiças, Posturas, e todas as providencias, que em semelhantes creações se costumão; não deixando de recomendar tambem muito todo o possivel adiantamento na construção das cazas»*⁴⁶.

Nesta mesma carta, o governador descreve-nos assim o tipo de casas que estavam a ser construídas na nova vila de Mazagão: *«Este Estabelecimento sim, que leva mais solidos fundamentos, porque as cazas ainda que de madeira, e cobertas de palha, promettem outra duração, e vão dispostas para receberem a telha, a todo o tempo, que lha quizerem pôr (...). Porem reconheço, que por isso mesmo, que vão melhores, gastão mais tempo, e fazem maior despesa; sendo concideravel a que tem importado, e hade ainda importar o referido Estabelecimento, não obstante toda a grande economia, que nelle tenho praticado»*⁴⁷. Vemos, assim, que a edificação das casas estava a demorar mais tempo que o previsto, porque estavam a ser muito bem construídas, porquanto, sendo de madeira e de momento cobertas de palha, ficavam preparadas para poderem vir a receber telha (ver planta 3).

Além dos escravos que, como vimos, as gentes de Mazagão levavam consigo, requereram que lhes fossem fornecidos mais, certamente para trabalharem no desbravamento das suas terras de sesmarias e em outras tarefas. Em 7 de Abril de 1773, foi pedida ao rei a introdução de *«hum competente fornecimento de Negros por conta da Sua Real Fazenda»*, para satisfazer as necessidades dos povoadores e para os serviços reais das obras da fortaleza de Macapá e da vila de Mazagão⁴⁸.

Mais de quatro anos após a sua chegada a Belém do Pará, as ainda numerosas famílias de Mazagão aí existentes (mais de metade, segundo as contas do governador) continuavam a ser um peso para as finanças públi-

⁴⁶ A.H.U., Pará, 8 de Novembro de 1773.

⁴⁷ *Ibidem*. Veja-se a «Planta e elevação das casas que actualmente se edificam na Vila Nova de Mazagão (c. 1773)», A. H.U., *Cartografia manuscrita*, nº 807.

⁴⁸ A.H.U., Pará, 7 de Abril de 1773.

cas, nomeadamente com o pagamento do alojamento e da alimentação. Em carta datada de 2 de Março de 1774, o governador daquele Estado expõe as suas preocupações a esse respeito às autoridades do Reino, dando conta das suas diligências no sentido de moralizar e de pôr ordem nesses gastos (algumas pessoas estavam já a trabalhar na cidade e, obviamente, a serem pagas por isso) para, segundo as suas palavras, «*evitar o prejuizo. que sentia a Real Fazenda na desordem, que aqui observei com as accomodaçoens das Familias de Mazagão, que ainda existia nesta cidade, e com as raçoens de mantimento, que diariamente percebem, em conformidade das Reaes Ordens*»⁴⁹.

Entretanto, a construção das casas na nova vila de Mazagão, embora a ritmo mais lento que o desejável, vai continuando, a correspondente transferência de famílias vai-se processando e a situação na cidade de Belém vai descomprimindo⁵⁰. Com efeito, durante o ano de 1774, foram transferidas mais 51 famílias, num total de 265 pessoas (227 livres e 38 escravos)⁵¹.

Contudo, adverte o governador na carta que acompanha a relação das referidas 51 famílias, enviada ao secretário de estado da marinha e domínios ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, que «*sem embargo de que eu cuido efficasmente em ir para lá passando toda esta gente, não he possivel, que se consiga sem tempo proporcionado á construção de tantas cazas, e com aquella brevidade, que o meu dezejo me inspira, em beneficio da Real Fazenda, poupando-se a despeza, que lhe motiva a não pequena porção das mesmas Familias, que ainda aqui existem*»⁵².

Nos princípios de 1775, a maior parte das famílias estava já instalada em Mazagão e, durante esse ano, serão transferidas mais 78, num total de 368 indivíduos (278 brancos e 90 escravos)⁵³. Algumas das famílias e

⁴⁹ A.H.U., Pará, 2 de Março de 1774.

⁵⁰ A.H.U., «Planta e elevação das casas que actualmente se edificam na Vila Nova de Mazagão (c. 1773)», *Cartografia manuscrita*, nº 807.

⁵¹ A.H.U., Pará, 3 de Fevereiro de 1775.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ «*Relação das Famílias que em todo o anno de 1775 se transportarão ao Novo Estabelecimento da Villa de Mazagão*», A.H.U., Pará, 5 de Março de 1776.

peessoas mazaganistas tinham já estabilizado a sua vida em Belém, tinham-se habituado ao bulício da cidade e pretendiam fixar-se nela. Como atrás se viu, muitas delas estavam a trabalhar e a ganhar a vida, embora de forma clandestina, por forma a continuarem a receber as benesses estatais, e irão requerer ao governador que as autorize a ficarem na cidade de Belém, alegando as suas razões particulares. Não eram essas, porém, as ordens reais. Face a esta situação, o governador João Pereira Caldas determinará que, a partir de 5 de Março de 1776, *«se fação absolutamente suspender todas as assistencias de Cazas, de Raçoens, e de Hospital, que ainda estiverem percebendo quaesquer das referidas Familias; e que sem que por isso nenhuma fique dezobrigada de embarcar-se para o mesmo novo Estabelecimento, logo que assim se determinar, só então perceberão os costumados e competentes secorros de ferramentas, de mantimento pára a viagem, e da ração do anno de farinha, que as Reais Ordens determinão»*⁵⁴.

A partir de 1775, as famílias mazaganistas estantes na cidade de Belém a aguardar a sua transferência para a nova vila de Mazagão são já bastante menos do que aquelas que ali se instalaram. Não temos qualquer informação de, durante o ano de 1776, ter ido qualquer família e, em 5 de Abril de 1777, vão quatro, num total de 14 pessoas⁵⁵. No preâmbulo da relação desta pequena leva pode ler-se que *«das poucas famílias da extinta Praça de Mazagão, que já restão nesta Cidade, se passarão mais para o nôvo Estabelecimento daquelle nome, as que constão da relação incluza; e no mesmo Estabelecimento se vai continuando a trabalhar nas Cazas, que ainda se precizão para a acomodação de todas»*⁵⁶.

O cruzamento dos dados contidos em dois códices do Arquivo Histórico Ultramarino permite-nos captar a globalidade das pessoas evacuadas da extinta praça marroquina de Mazagão e transportadas para o Pará,

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ A.H.U., Pará, 5 de Abril de 1777.

⁵⁶ *Ibidem*.

porque um dá-nos as famílias e pessoas que já estavam fixadas na vila de Mazagão e o outro as que permaneciam ainda na cidade de Belém⁵⁷. Ressalve-se, naturalmente, as que entretanto faleceram, as que nasceram e o número de escravos. Vejamos o quadro que se segue:

Quadro V
Relação das famílias e pessoas mazaganistas já estabelecidas em Vila Nova de Mazagão e as ainda existentes na cidade de Belém a aguardar transporte, em Dezembro de 1778

Itens	Famílias	Pessoas
Número de famílias	371	
Pessoas livres do sexo masculino		728
Pessoas livres do sexo feminino		642
Escravos de ambos os sexos		405
Subtotal	371	1755
Famílias livres ainda na cidade	159	
Pessoas livres do sexo masculino		212
Pessoas livres do sexo feminino		203
Escravos de ambos os sexos		188
Subtotal	159	603
Total	530	2378

Fontes: A.H.U., *Códice 1790* ("Relação de todas as Famílias, e Pessoas de Mazagão, que existem ainda sem serem transportadas á Vila da mesma denominação, para onde hé determinado o seu destino"); *Códice 1257* ("Relação dos Mazaganistas estabelecidos na Villa nova de Mazagão e suas vezinhanças, com huma particular e individual informação relativa a cada Família, em 31 de Dezembro de 1778").

O código 1257 dá-nos a «*Relação dos Mazaganistas estabelecidos*

⁵⁷ É nossa intenção transcrever e publicar na íntegra, com um estudo introdutório, os quatro códices respeitantes à transferência das gentes da praça marroquina de Mazagão para a Amazônia, existentes no A.H.U. São os números 1257, 1781, 1790 e 1991.

na *Villa Nova de Mazagão e suas vizinhanças, com huma particular e individual informação relativa a cada Familia*», elaborada por Manuel da Gama Lobo de Almada, governador do Macapá, datada de 31 de Dezembro de 1778. Por ele se vê que, nesta data, estavam instaladas na nova vila de Mazagão 371 famílias, num total de 1775 pessoas (1370 livres e 405 escravos)⁵⁸. Continuava-se, porém, a construir as casas (ver planta de cerca de 1830) que faltavam para acolher as 159 famílias que ainda permaneciam na cidade de Belém.

Pelo código 1790, datado de 1 de Dezembro de 1778, podemos ver que 159 famílias, num total de 603 pessoas (415 livres e 188 escravos), estavam ainda na cidade de Belém: destas, 149 famílias e 518 pessoas estavam ainda na cidade de Belém a aguardar transporte para a nova vila de Mazagão; 4 famílias, perfazendo 26 pessoas (15 livres e 11 escravos), estavam nomeadas para se transportarem à referida vila e, tendo já recebido as ferramentas e as rações que lhes competiam, permaneciam na cidade, com autorização do governador; 6 famílias, num total de 59 indivíduos (33 livres e 26 escravos), tinha-lhes sido indicado instalarem-se na «*Estrada que se encaminha á vila de Ourem*», por ordem do governador do Pará⁵⁹.

Da compilação destes dados quantitativos se pode concluir que, das famílias e pessoas evacuadas da praça marroquina de Mazagão (em 11 de Março de 1769 e antes desta data), terão sido poucas as que não foram levadas para o Pará e, destas, quase todas acabaram por se fixar em Vila Nova de Mazagão.

O exame dos dois referidos códigos permite-nos constatar que as famílias mazaganistas têm agora muito mais escravos do que tinham em Marrocos, e que, se alguns estão totalmente pagos, muitos outros estão por pagar, no todo ou em parte⁶⁰. Estes dois códigos, para além do número de

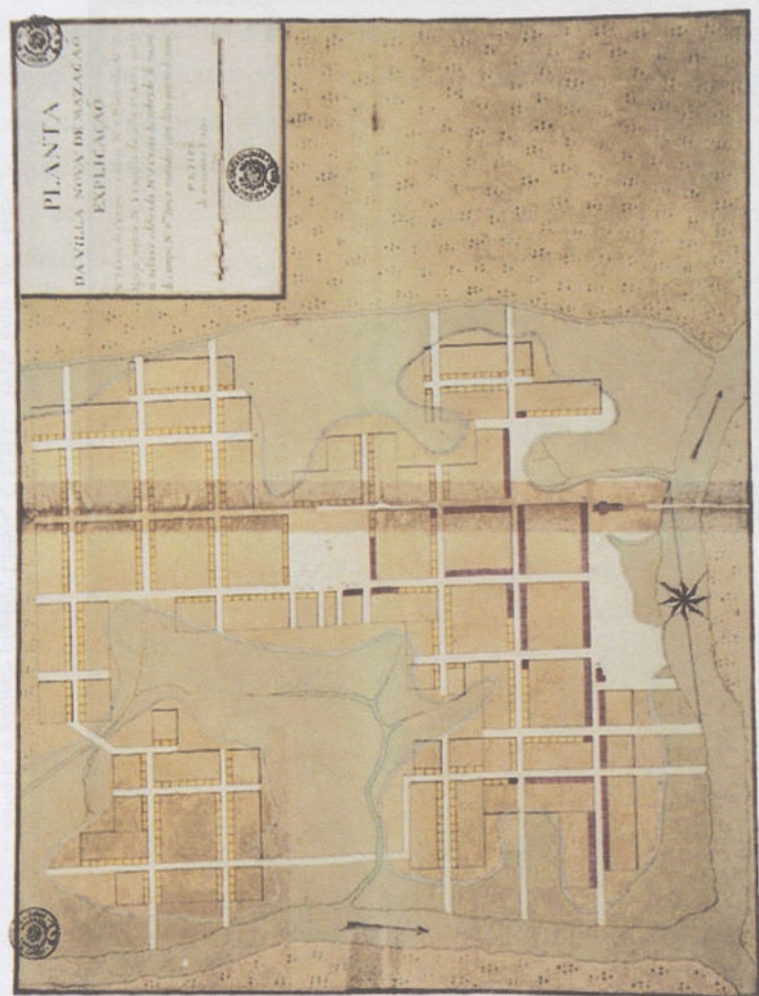
⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ A.H.U., *Código 1790, datado de 1 de Dezembro de 1778*, «Relação de todas as Famílias, e Pessoas de Mazagão, que existem ainda sem serem transportadas á Villa da mesma denominação», assinado pelo capitão Severino Eusébio de Matos.

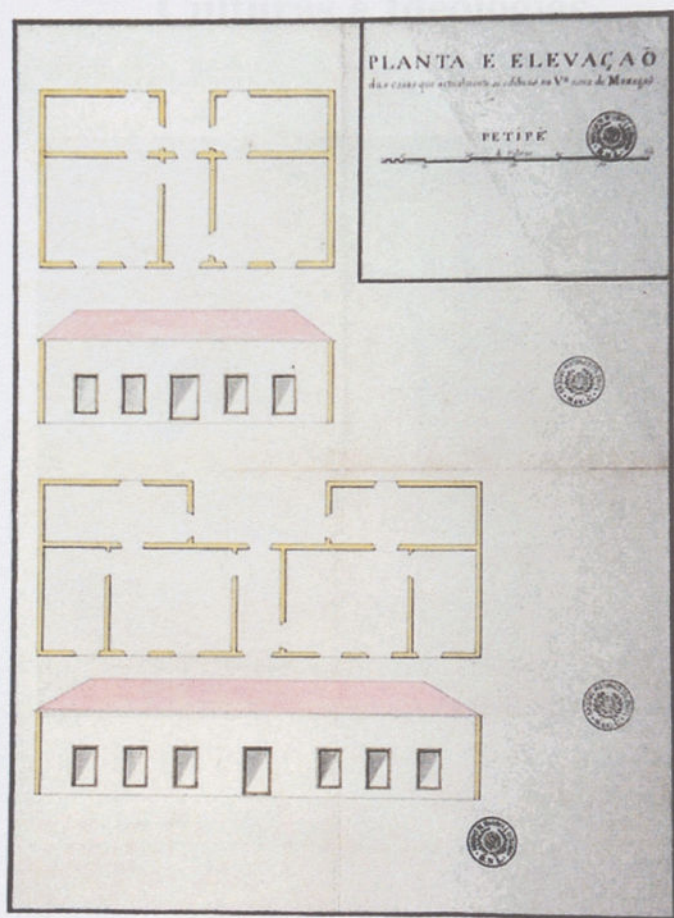
⁶⁰ A.H.U., *Código 1790 e Código 1257*.

pessoas de cada família, seus nomes e parentesco em relação ao cabeça de casal, estado civil, número e qualidade dos seus escravos e se estavam totalmente pagos ou qual o montante em dívida, fornecem-nos importantíssimos elementos económicos, sociológicos e caracterológicos relativamente aos membros de cada família, nomeadamente traços de comportamento e de carácter, estatuto social, modos de vida, exteriorização de riqueza e situações de dificuldade ou de pobreza. O inegável valor histórico destes códices e o enorme interesse no devido tratamento destes dados não se compadece com o âmbito deste artigo, pelo que é nosso propósito retomar este estudo e proceder à publicação destas fontes, numa publicação de outro tipo.





2 - Planta de Vila Nova de Mazagão, no Pará (c. 1830). A.H.U., nº 822 (Petipé de 200 braças. 383 x 494mm).



3 - Planta e tipos de casas de Vila Nova de Mazagão, no Pará (c. 1773).
A.H.U., n° 807 (485 x 372mm).